



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**OS IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ACAUÃ
NA COMUNIDADE DE PEDRO VELHO**

JOÃO PESSOA – PB
Setembro de 2019

RONALDO BARBOSA PEREIRA

**OS IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ACAUÃ
NA COMUNIDADE DE PEDRO VELHO**

Monografia de Conclusão de Curso
apresentada ao curso de Bacharelado em
Geografia, como requisito para obtenção da
Graduação em Geografia.

Orientador: Prof. M.Sc. Francisco Vilar de
Araújo Segundo Neto

JOÃO PESSOA – PB
Setembro de 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436i Pereira, Ronaldo Barbosa.

Os impactos sociais da construção da barragem Acauã na comunidade de Pedro Velho / Ronaldo Barbosa Pereira.

- João Pessoa, 2019.

23 p. : il.

Modalidade Artigo.

Orientação: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto.

TCC (Curso de Bacharelado em Geografia) -
UFPB/CCEN.

1. Modelador do espaço. 2. Barragem Acauã. 3.
Movimento dos atingidos por barragens. I. Araújo
Segundo Neto, Francisco Vilar de. II. Título.

UFPB/CCEN

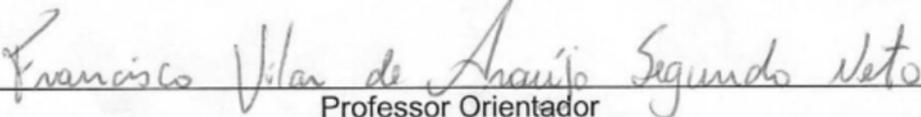
CDU 91(043.2)

RONALDO BARBOSA PEREIRA

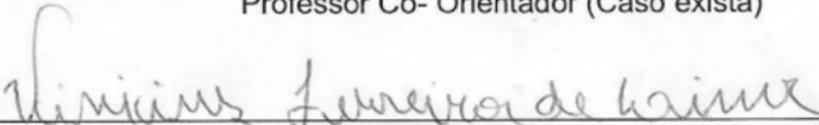
**OS IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ACAUÃ
NA COMUNIDADE DE PEDRO VELHO**

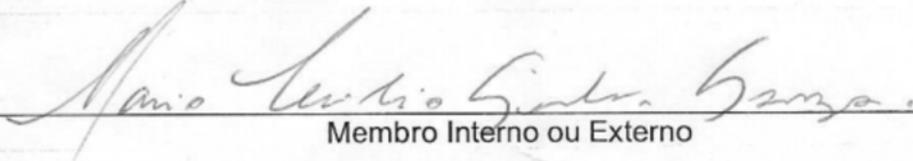
Trabalho de conclusão de curso aprovado em 04 / 09 /2019 como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA:


Professor Orientador

Professor Co- Orientador (Caso exista)


Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)


Membro Interno ou Externo

JOÃO PESSOA – PB
Setembro de 2019

OS IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ACAUÃ NA COMUNIDADE DE PEDRO VELHO

Ronaldo Barbosa Pereira

Universidade Federal da

Paraíba UFPB

Resumo

O aumento dos conflitos pela água foi de 27% entre 2015 e 2016, atingindo 172 casos pelo país. Desde que começou a registrar os dados, em 2007, a CPT calcula um aumento de 97,7% em nove anos. O número de pessoas envolvidas nesses conflitos também aumentou vertiginosamente. Em 2007, foram 164 mil. Em 2016 esse número saltou para 222 mil, um acréscimo de 35,8% em nove anos. O homem como agente modelador do espaço pode trazer grandes danos ao ambiente e respectivamente a si próprio (NETO1; SILVA1; PEREIRA, 2012). Um exemplo a ser citado é a construção de uma barragem para o represamento de água para a salvaguarda em um período de estiagem. No estado da Paraíba, com o anúncio do projeto da Barragem Acauã, veio à promessa de trabalho a esperança de dias melhores com abundância de água e de vida melhor. Mas não preservou nem os vínculos entre as famílias e a vizinhança, bem como o respeito as lembranças ao passado e a origem dos moradores atingidos não foram considerados na construção da barragem. Com mais de 15 anos da inauguração da barragem o que se vê no semblante das famílias atingidas é o total desapontamento e a falta de esperança com as promessas do governo. O que ocorreu na realidade é bastante diferente daquela propagada há anos atrás. Este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais causados pela construção da barragem de Acauã na comunidade de Pedro Velho, descrever o que aconteceu com as famílias depois da construção, apresentar qual a importância do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para a comunidade.

Palavra chaves: Modelador do espaço, Barragem Acauã, lembranças do passado, MAB.

THE SOCIAL IMPACTS OF THE CONSTRUCTION OF THE ARAGAN DAM ON THE PEDRO OLD COMMUNITY

Abstract

The increase in water conflicts was 27% between 2015 and 2016, reaching 172 cases across the country. Since it began recording data in 2007, CPT has estimated an increase of 97.7% over nine years. The number of people involved in these conflicts has also skyrocketed. In 2007, there were 164 thousand. In 2016 this number jumped to 222 thousand, an increase of 35.8% in nine years. Man as a space shaping agent can do great damage to the environment and to itself respectively (NETO1; SILVA1; PEREIRA, 2012). An example I can cite is the construction of a dam to supply water in the dry season. In the state of Paraíba, with the announcement of the Acauã Dam project, came the promise of work the hope of better days with plenty of water and a better life. But it did not preserve even the bonds between families and the neighborhood, nor the respect to the memories of the past and the origin of the affected residents were not considered in the construction of the dam. With more than 15 years since the dam was inaugurated, what can be seen in the countenance of the affected families is the total disappointment and the lack of hope with the government's promises. What actually happened is quite different from what it was propagating years ago. This article aims to analyze the social impacts caused by the construction of the Acauã dam in the Pedro Velho community, to describe what happened to the families after the construction, to present the importance of the Dam-Affected Movement (MAB) for the community.

Keywords: Space modeler, Acauã Dam, memories of the past, MAB.

INTRODUÇÃO

A água é um dos elementos da natureza, mas importantes para a manutenção e sustentação da vida de todos os seres vivos do planeta, é de extrema importância para o homem desde quando deixou de ser nômade para se fixar num determinado ponto. O homem buscou lugares próximo a margens de rios e lagos, por esses lugares serem de uma fertilidade adequada para o seu novo estilo de vida.

A ocupação do homem num dado lugar é refletida através das construções, relações e acordos sociais, que o ajudam a traçar os caminhos de sua história. O fortalecimento da ligação entre o homem e o espaço é firmado pelo tempo. Assim, a desocupação de uma área habitada há muitos anos desencadeia processos de transformações em diversos campos que estruturam a vida das comunidades. A construção de grandes obras normalmente sacrifica uma parcela de pessoas e de histórias.

O homem como agente modelador do espaço pode trazer grandes danos ao ambiente e respectivamente a si próprio. Um exemplo dessa transformação ocorre por conta da construção de barragens, que são construídas para diversos fins, mas, sobretudo visa resolver o problema da escassez de água no período de estiagem de uma determinada região (FERREIRA NETO; SILVA; PEREIRA2, 2012). Nos dias de hoje não é diferente, como podemos ver no último relatório da UNESCO (O GLOBO, 2019), entre 2000 e 2009, houve 94 conflitos relacionados à água no mundo. Entre 2010 e 2018, foram 263. E não é só isso, pois ainda se destaca que o mundo conta com 286 rios internacionais e 592 aquíferos transfronteiriços compartilhados por 153 países: “É difícil atribuir conflitos a um único motivo; no entanto, a água é frequentemente um deles” (O GLOBO, 2019). No Brasil, esse mesmo relatório aponta que existem a cada 2 dias um conflito de água em seu território (O GLOBO, 2019).

Dessa forma o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais da construção da barragem de Acauã na comunidade de Pedro Velho, município de Aroeiras, estado da Paraíba. Para tanto, fez-se necessário examinar os pontos positivos e negativos da comunidade de Pedro velho antes e depois da construção da barragem de Acauã; avaliar a situação atual da barragem de Acauã; analisar a participação e atuação do MAB na comunidade.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Pedro Velho

Pedro Velho antes da construção da barragem encontrava-se localizado às margens do rio Paraíba, no trecho do médio curso do Rio Paraíba, a mais ou menos 13 km do município sede Aroeiras Paraíba. De acordo com Souza e Azevedo (2013), “Pedro Velho que se chama atualmente Vila Nova de Pedro Velho e está localizada a aproximadamente 12 km do centro urbano do referido município”. Estando a aproximadamente 17.3 km da barragem de Acauã. É a maior agrovila do projeto com 365 casas.

Mesmo que precários a vila tinha seus serviços básicos de assistência a saúde como posto de saúde, praça para lazer e convívio social, igreja, escola e a rua principal pavimentada (SOUZA; AZEVEDO, 2013)

Município de Aroeiras

A vila nova de Pedro Velho está situada no território do município de Aroeiras. O município de Aroeiras está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do rio Paraíba, Região do Médio Paraíba, Souza e Azevedo (2013). De acordo com Ferreira Neto, Silva e Pereira² (2012), a cidade de Aroeiras tem seus limites ao Norte com Fagundes, Itatuba; a Leste Natuba ao Sul com Umbuzeiro a Oeste com Gado Bravo. A distância da capital João Pessoa é de 181 km e de Campina Grande é de cerca de 54 km. O município possui uma população de 19.089 habitantes, e sua densidade demográfica é de 50,9 habitantes por km². Situada a 373 metros de altitude, se estende por 374,7 km² (FIGURA 1). Está localizado na mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião de Umbuzeiro (IBGE, 2010).

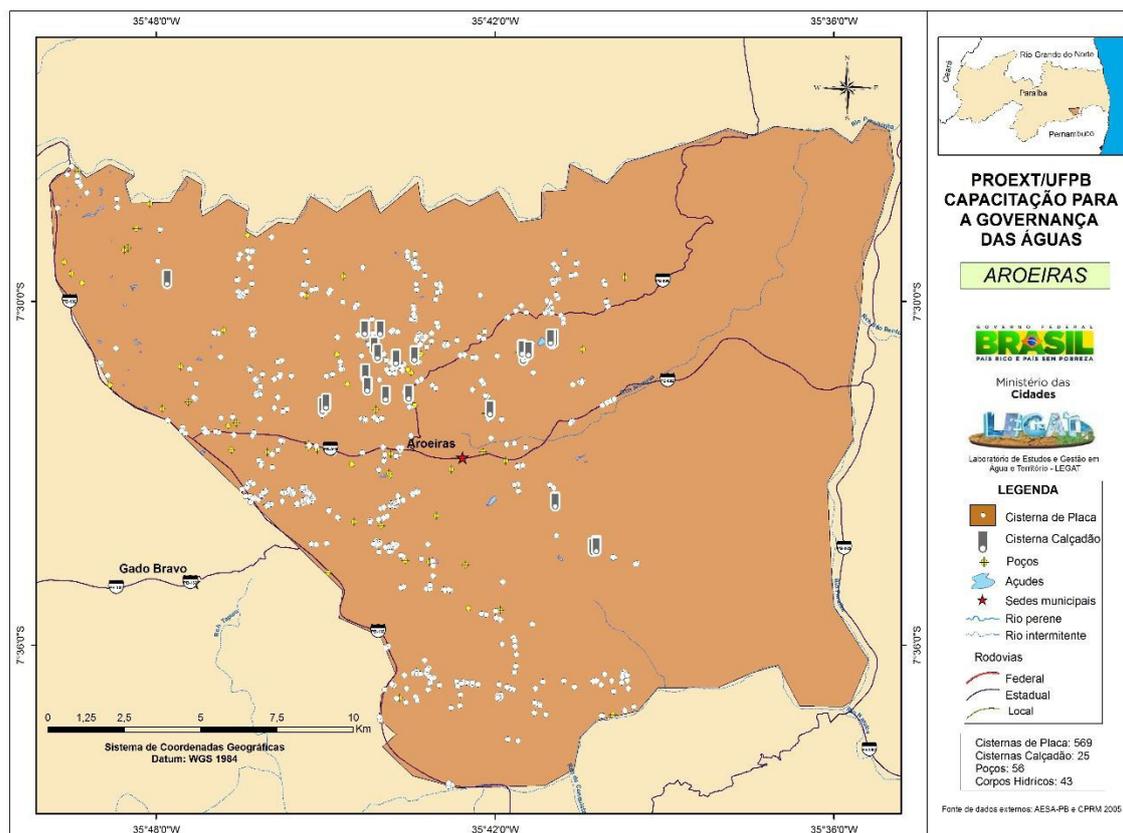


FIGURA 1: mapa de localização do município de Aroeiras.

Fonte: LEGAD/UFPB, 2019.

A comunidade de estudo se encontra no trecho do Médio Curso do rio Paraíba que tem uma área de 3.760 km². O Médio Curso se estende desde o açude Boqueirão até o açude Acauã, o clima é o semiárido quente, com chuvas de verão, tem uma pluviosidade média varia entre 400 e 1.200 mm/ano, sendo os maiores índices registrados na faixa leste da região (FIGURA2). Compreendem os municípios de Barra de Santana, Gado Bravo, Umbuzeiro, Aroeiras e suas comunidades (Pedro Velho, Cafundó e Ilha Grande atingidas pelas águas da barragem), Natuba e suas comunidades (Água Paba, Costa, junco), Salgado de São Félix, Mogeiro e Itabaiana, e a comunidade de Melancia e do Cajá pertencentes ao território do município de Itatuba.

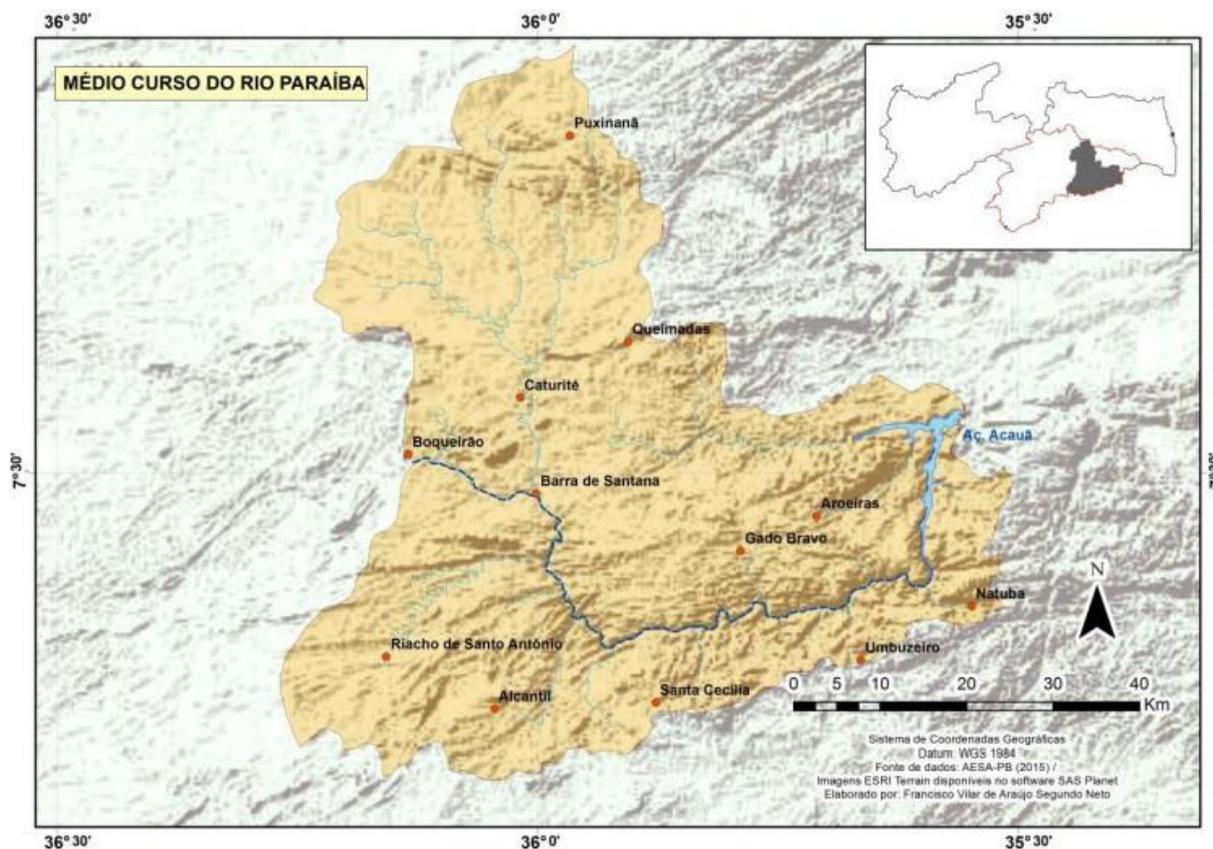


FIGURA 2: mapa da localização do Médio curso do Rio Paraíba.

Fonte: Araújo Segundo Neto (2016, pg. 22).

A Barragem de Acauã

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Barragem de Acauã na Paraíba (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2000), a implantação das obras de engenharia teve início em 14 de junho de 1999, sendo previsto um prazo inicial de 540 dias para a sua execução. Posteriormente foi solicitado um aditivo de prazo prolongado a sua conclusão para dezembro 2001, porém sua construção só foi concluída em agosto de 2002.

A barragem foi planejada para ocupar uma área de 1.725 hectares da bacia hidráulica. O EIA, tem o objetivo de contribuir para tomada de decisão quanto à política a ser adotada, diante dos impactos ambientais causados pelo barramento do rio Paraíba, nos municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, além de propor medidas para estabelecer o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento regional a partir dos usos múltiplos propostos para o reservatório.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo foi estruturado em 4 etapas: a saber foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os diversos impactos causados pela construção da barragem de Acauã, incluindo trabalhos acadêmicos e bibliografias de um modo geral, chamando atenção para os diversos tipos de danos sofridos pela comunidade em estudo, Pedro Velho distrito de Aroeiras na Paraíba.

Em um segundo momento ocorreu uma visita de campo no ano de 2017 para a coleta de dados da realidade da comunidade de estudo buscando assim aprender mais da vida da comunidade.

Para execução do trabalho foram utilizados como métodos de coleta de dados a inspeção in loco, entrevistas semiestruturadas realizadas no ano de 2017, pesquisa documental, exame de registros administrativos e consulta aos sistemas informatizados nos anos 2017, 2018 e 2019.

Foi feito um contato com um dos diretores do MAB Paraíba, para ter mais conhecimentos sobre o movimento, participando de algumas reuniões e encontros do MAB Paraíba no ano de 2017, no qual foram visitadas as setes comunidades atingidas priorizando a Vila Nova de Pedro Velho comunidade de estudo.

Referencial teórico

A água se afirma como motivo de conflitos no Brasil. É o que mostra o ‘Relatório Conflitos no Campo Brasil 2016’, divulgado na segunda-feira (17/04) pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016). O aumento dos conflitos pela água foi de 27% entre 2015 e 2016, atingindo 172 casos pelo país. Desde que começou a registrar os dados, em 2007, a CPT calcula um aumento de 97,7% em nove anos.

O número de pessoas envolvidas nesses conflitos também aumentou vertiginosamente. Em 2007, foram 164 mil. Em 2016 esse número saltou para 222 mil, um acréscimo de 35,8% em nove anos. O relatório mostra que, entre 2002 e 2010, havia oscilação. De 2011 para cá, aumento. Eram 28 mil famílias envolvidas em 69 conflitos, nesse ano. O número em 2016 foi de 44 mil famílias em 172 conflitos (CPT, 2016).

Na região Sudeste em 2016, foi responsável por 67,33% (80) dos 172 casos. Em boa parte por causa do rompimento de barragem da Samarco em Mariana (MG), que avançou de

2015 para o ano passado. Em seguida vêm o Nordeste, com 42 casos, e (neste caso fugindo da proporção populacional) o Norte, com 29 casos (CPT, 2026).

Segundo a CPT, a maior causadora dos conflitos é a mineração, responsável por 51,74% dos casos em 2016. Em seguida vêm as hidrelétricas (23,26%), os empresários (11,05%) e os fazendeiros (6,98%). Os quatro, juntos, respondem por 93,02% – 160 – do total dos conflitos.

Segundo a Rede Internacional de Rios (2000, p. 17-18), “a oposição efetiva às Barragens no Brasil começou no Sul do país após a empresa Eletrosul ter revelado seus planos, em 1977, de construir 22 usinas no rio Uruguai e seus afluentes”. Durante os anos seguintes, padres, sindicalistas, ativistas da reforma agrária e pequenos agricultores começaram resistência às primeiras duas barragens designadas para construção, Machadinho e Itá. Em 1981, os organizadores criaram a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) (MAB, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A barragem de Acauã

O reservatório de Acauã foi construído com a capacidade de armazenar 253 milhões de metros cúbicos de água, e sua finalidade não é gerar energia elétrica, mas abastecimento para consumo humano. De acordo com a Comissão Mundial de Barragem (CMB), segundo os seus critérios, uma barragem com uma acumulação de água a partir de 15 milhões de metros cúbicos está enquadrada como uma Barragem de grande porte, Acauã se enquadra nesse contexto (REDE INTERNACIONAL DE RIOS, 2000).

De início, o objetivo principal da Barragem de Acauã é o fornecimento de água para as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Itaipu, Aroeiras e Fagundes; reforço ao sistema hídrico que abastece Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité; a irrigação do Baixo Vale 15 do Paraíba, a criação de um polo pesqueiro e a contenção das enchentes que assolam periodicamente as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Itaipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo (PARAÍBA, 2000). A barragem fica limitada entre três municípios que são Aroeiras, Itatuba e Natuba (FIGURA 3).

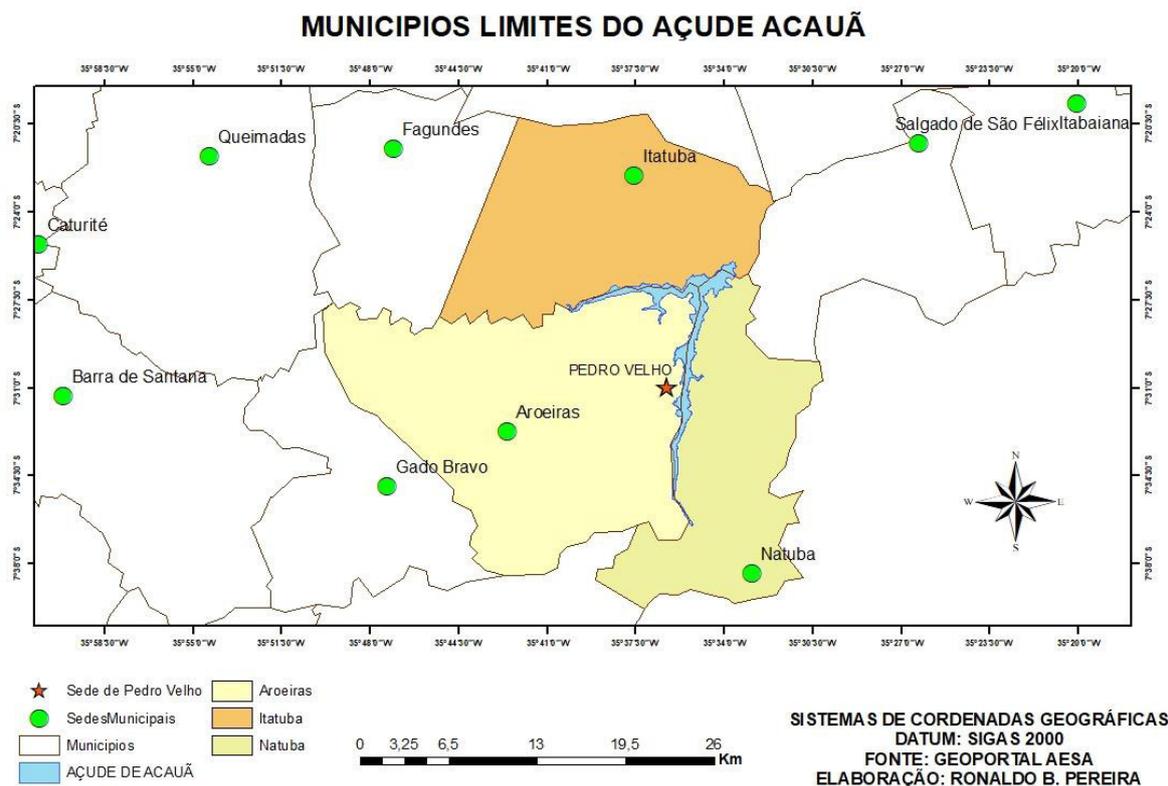


FIGURA 3: Mapa dos municípios limites do Açude Acauã. Fonte: Ronaldo Barbosa. Programa ArcGIS 2019.

Impactos causados pela construção da Barragem de Acauã

Com mais de 15 anos da inauguração da barragem o que se ver no semblante das famílias atingidas é o total desapontamento e a falta de esperança com as promessas do governo. O que ocorreu na realidade é bastante diferente daquela propagada há anos atrás. Os povoados de Melancia, Cajá, Pedro Velho, Junco, Cafundó, Ilha Grande e Água Paba, as sete pequenas comunidades diretamente atingidas pelas águas, foram transferidas para conjuntos habitacionais isolados.

Mais de 4.500 pessoas foram deslocadas de suas terras, perderam seu chão e suas memórias pessoais e coletivas, sua segurança. Ganharam instabilidade, insegurança e apatia, vivendo juntas por imposição do espaço físico, mas afastadas em suas diferenças culturais. Segundo o Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, as adutoras devem ser construídas levando se em conta os aspectos econômicos, estruturais, ambientais e sociais da população envolvida. Para isso é necessário que se considerem as peculiaridades das regiões e as condições de vida das populações que

serão atingidas. Mudanças impactantes no modo de produção, nos meios de subsistência, na reprodução das relações sociais requerem noções de responsabilidades sociais complexas que combinem a reestruturação das bases de sobrevivência da localidade.

A retirada de um povoado de suas terras, não apenas desestrutura o referencial econômico, político e cultural dos habitantes daquela localidade, mas nutre, principalmente, sentimento de perda da origem, transformando de forma definitiva a relação da sociedade com o meio ambiente.

A preservação dos vínculos entre as famílias e a vizinhança, bem como o respeito as lembranças ao passado e a origem dos moradores atingidos não foram considerados na construção da barragem. Um forte exemplo desse desrespeito é o fato de os restos mortais dos cemitérios das cidades de Pedro Velho e Cajá não terem sido removidos, ficando submersos como às casas, as escolas, as igrejas, os armazéns e as plantações.

A nova vila não possuía um cemitério próprio e ficaram 14 anos sem um cemitério para enterrarem seus entes queridos, e enquanto isso o transporte e enterro dos corpos eram feitos através de “favores” concedidos por vereadores e prefeitos de Aroeiras, Natuba e Itatuba. Não há manutenção nas instalações da obra da barragem ficando à mercê do tempo e do descaso político, as famílias foram enganadas e reassentadas para um local inadequado sem condições de usufruírem da terra para a agricultura ou para a criação de animais, e, ainda receberam casas de placas em vez de casas de alvenaria ou receberam uma quantia insignificante e injusta por suas casas e terrenos. Se as comunidades não tivessem reagido estariam numa situação ainda pior, elas percebendo que o tempo passava e as promessas sumiam junto com a esperança do povo, tiveram que elas mesmas procurar meios para compreenderem e buscar seus direitos, perdidos no tempo e nas promessas não cumpridas por parte do governo.

Foi aí de acordo com Osvaldo (2012), que elas entram em contato com 17 membros da UFCG, e dar-se início ao movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã.

Pedro Velho antes da barragem

A comunidade de Pedro Velho encontrava-se localizada às margens do rio, no trecho do médio curso do rio Paraíba. Seus moradores desfrutavam de suas terras férteis para a agricultura, a criação de gado e o plantio de hortaliças, e, a fabricação dos trabalhos artesanais como louças de barro, esteiras feitas de junco, tijolos manuais, tarrafas, jererés e rede de pesca, que serviam para o consumo próprio e para a comercialização nas cidades próximas. A comunidade era tida como um pequeno núcleo urbano, apesar de estar a aproximadamente

mais ou menos 13km do centro urbano da cidade de Aroeiras-PB, a qual pertence seu território. Mesmo que precários tinha seus serviços básicos de assistência à saúde como posto de saúde, praça para lazer e convívio social, igrejas, escolas e a rua principal pavimentada (FIGURA 4).

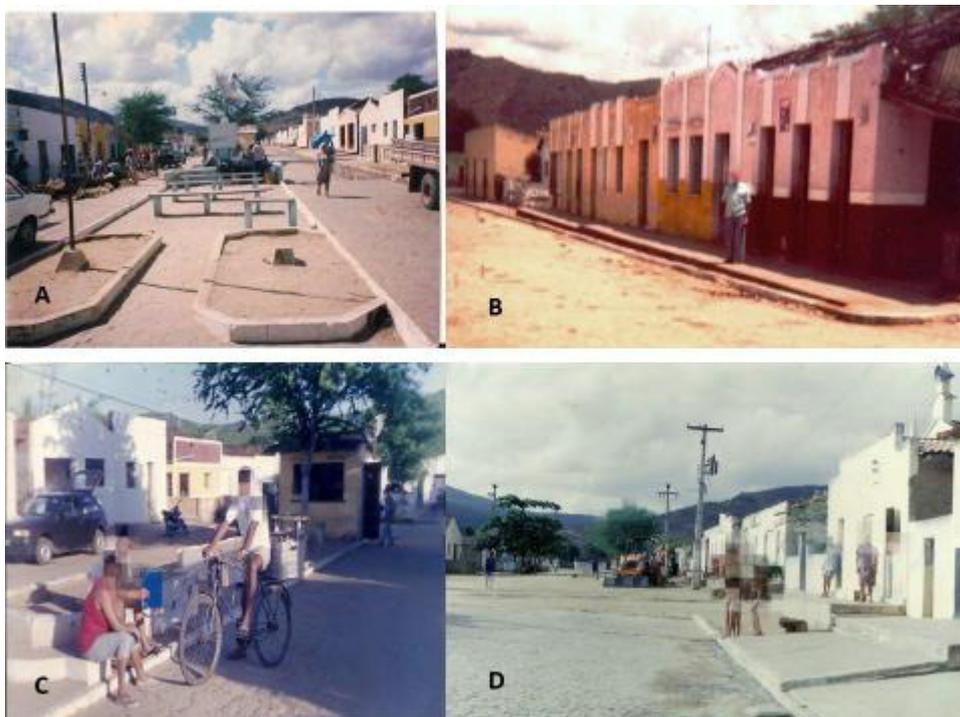


FIGURA 4: (A) Imagem da praça, B e C imagens do comercio e (D) imagem do limite da rua pavimentada de Pedro Velho. Fonte: acervo pessoal, 2019.

Os principais produtos agrícolas cultivados eram o milho, feijão, o tomate, o pimentão, repolho, e o algodão onde foi cultivado pelos primeiros habitantes que deram início a comunidade. A água utilizada para nessas plantações vinha do Rio Paraíba e quando esse se encontrava no período da seca eram construídos poços artesanais no meio do rio para a obtenção da água por meio de bombas, para as plantações e para o uso doméstico (FIGURA 5).



FIGURA 6: (A), (B) e (D) plantação de milho, e (C) família do campo. Fonte: acervo pessoal, 2019.

E os trabalhos manuais (FIGURA 7), uma verdadeira arte que era passada de geração a geração, eram fabricadas louças feitas com barro, esteiras, chapéus de palha, balaios, tijolos e telhas manuais, espingardas para caça, produtos para a pesca como anzóis, tarrafas, jererés e rede de pesca. Esses produtos eram comercializados por toda região desde os arredores de Pedro Velho como para o brejo e as cidades e comunidades vizinhas, quando não era vendido os produtos muitas vezes eram trocados por comida ou outro objeto que fosse útil para eles. Hoje são poucas pessoas que ainda fazem esses trabalhos e essas já com a idade avançada são as últimas de sua geração, ou seja, essas artes deixarão de existir e ficarão apenas na memória e história de Pedro Velho.



FIGURA 7: Imagens de atividades trabalhistas da comunidade. Fonte: acervo pessoal, 2019.

Sem falar da liberdade que cada cidadão tinha, sendo adulto ou criança todos desfrutavam do direito de ir e vir, de batalhar e tirar seu sustento em sua própria terra, de pastorear o gado pelas margens férteis do rio, da pesca, do lazer que podiam desfrutar nas praias e águas cristalinas do gracioso rio Paraíba. Da calma das longas noites de conversas nas causadas, das lindas festas locais que representam as tradições e os costumes de um povo sofrido e trabalhador. As pessoas criavam seus animais soltos nas margens dos rios, pois estes tinham pastagens necessárias para a sobrevivência desses animais. Então veio o anúncio da barragem e ninguém sabia do que se tratava de fato, mas de uma coisa sabiam, este fato iria mudar suas vidas para sempre.

As famílias estavam divididas em um sentimento de tristeza e ansiedade, pois iriam deixar sua terra natal, mas ao mesmo tempo felizes com o trabalho, com isso muitos iriam ter algum sustento diferenciado para suas famílias por um bom tempo.

Pedro Velho após a barragem

Atualmente, a nova Vila Nova de Pedro Velho pertencente ao município de Aroeiras-PB está localizada a aproximadamente 12 km do centro urbano do referido município. Sua construção foi feita especificamente para abrigar os moradores da antiga vila que foram

atingidos pela barragem de Acauã. O acesso à vila é feito a partir da cidade de Aroeiras-PB por estradas de terra, que nos períodos de chuva ficam quase intransitáveis, deixando a comunidade praticamente isolada da sede do município.

As indenizações não foram pagas devidamente como merecia cada família, o direito de liberdade foi tirado de todos. Algumas famílias foram relocadas para dentro de um cercado, como é o caso da comunidade do Costa, tendo que viver como animais, presos sem ter o direito de crescer, os cemitérios ficaram submersos e ainda não foram reconstruídos. As casas feitas para o reassentamento das famílias foram construídas com um material de má qualidade sem ter estrutura de alvenaria, com terrenos de poucos m² (FIGURA 8).



FIGURA 8: imagem da comunidade de vila nova de Pedro velho.

FONTE: acervo pessoal, 2019

As famílias foram divididas entre as comunidades diferentes, por não ter opção como é o caso de Ilha Grande que deixou de existir e foram relocadas principalmente para Vila Nova de Pedro Velho e distribuídas por todas as outras. A tristeza e o sentimento de injustiça podem ser vistas na face de todos os moradores das comunidades atingidas (FIGURA 9).



FIGURA 9: (A) e (B) imagens da retirada dos moveis das famílias, (C) e (D) imagens da agua inundando a comunidade. Fonte: Acervo pessoal, 20129.

Muitas das famílias que tiravam seu sustento da agricultura, da pecuária e de trabalhos artesanais, perderam tudo e ficaram desestruturadas sem meios de subsistência muitas famílias espalharam-se por outras cidades e estados em busca de trabalho e de recomeçar suas vidas. Assim muitos trabalhos que descendiam de gerações foram extintos. Os que insistem com seus trabalhos vão levando como podem e com muitas dificuldades, principalmente os que tem a idade bem avançada, estes já não podem trabalhar a não ser para sustento próprio, a maioria dos jovens não tem interesse em dar continuidade aos trabalhos dos pais. A maioria das famílias que vivem nessas comunidades sobrevivem basicamente dos benefícios do governo, como aposentadorias, o programa Bolsa Família, e do comercio entre os povoados.

A agricultura e a criação de animais ainda existem, mas numa quantidade mínima, enquanto no antigo Pedro velho se tinha as margens do rio para que os animais ficassem soltos e se alimentarem, agora mal podem criar seus animais, pois não tem espaço suficientes e ainda as margens da barragem agora tem dono, mesmo sendo inapropriado, mas grandes fazendeiros cercaram as margens próximo a suas terras e proibiram o trafego tanto de pessoas quanto de animais. Podemos ver no quadro abaixo alguns problemas que so pioraram após anos depois da barragem.

Quadro de impactos causados pela construção da barragem de Acauã na comunidade de Pedro Velho

Problemas pós reassentamento	Problemas atuais
<ul style="list-style-type: none"> • Poluição da água represada pelo aporte permanente de carga orgânica e de coliformes fecais, através dos esgotos destas cidades, que se encontram localizadas na bacia de contribuição do reservatório. • Interrupção da produção agrícola provocando queda no nível de emprego, com reflexos no setor primário e sobre o nível de renda da população. • Submersão de trechos de estradas vicinais interrompendo o acesso a diversas propriedades, bem como das rodovias PB 090 no trecho Cajá / Aroeiras, PB 092 – trecho Pedro Velho / Aroeiras, PB 082 – trecho Natuba / Salgado de São Félix e do trecho Pirauá – Melancia. • Perdas dos serviços essenciais pela população atingida, no que se refere a rede de energia elétrica, escolas, postos de saúde, postos telefônicos, mercados, igrejas e cemitérios. • Indenizações mal relacionadas e aplicadas de forma injustas, casas e terrenos mal localizados e sem condições de subsistências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção quase que permanente das atividades agropecuárias, com reflexos no setor primário e sobre o nível de renda da população e da arrecadação tributária dos municípios. • Abastecimento de água precário e sem esgotamento sanitário. • Aumento da violência, da criminalidade e possível tráfico de drogas. • Enfraquecimento da cultura local, divisão de famílias, êxodo rural. • a perda de recursos ou acesso a recursos; perda de fontes de renda ou meios de sustento. • Não há praticamente arborização, nem hortas comunitárias, tampouco terras para a produção agrícola. • Agora para ter direito as terras próximas da margens do rio tem que alugar ou comprar dos fazendeiros.

A comunidade de Pedro Velho e o MAB

A primeira iniciativa de mobilização popular aconteceu quando alguns atingidos do povoado de Pedro Velho, junto ao clérigo de Aroeiras, padre Rômulo, se dirigiram à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, buscando expor a situação vivenciada a professores da instituição. Essa atitude inicia um processo que culmina com a organização do movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã, grupo que, juntamente a uma rede de assessores locais e membros do MAB nacional, promove uma série de ações que vêm agilizando alguns dos muitos deveres do Estado.

Entre fevereiro e maio de 2002 foram realizadas assembleias semanais com a participação de membros da assessoria local e moradores de Pedro Velho. Esses encontros tiveram como intuito à elaboração dos primeiros boletins que seriam divulgados pela imprensa da cidade de Campina Grande, indicando os principais problemas das comunidades. Aos poucos, o movimento foi se fortalecendo e passou a englobar as seis outras comunidades atingidas pelo projeto Acauã.

De acordo com a assessoria dos Atingidos pela Barragem, “o primeiro resultado concreto obtido com a mobilização viria a ser o pagamento das indenizações devidas a uma parte da população, pouco antes da inauguração da barragem”. Essa ação do governo estava prevista apenas para o momento em que o nível das águas se elevasse, configurando-se assim, numa ameaça concreta e irremediável às populações.

Em fevereiro de 2002, os atingidos pela barragem de Acauã, ocuparam todos os meios de comunicação de Campina Grande. Diversos membros das comunidades se dividiram entre as rádios e televisões locais, denunciando o descaso governamental e a situação precária das diversas famílias. No final de maio do mesmo ano, uma marcha foi organizada pela liderança do movimento dos atingidos: 500 pessoas munidas com faixas, bandeiras e cartazes pararam as ruas de Campina Grande exigindo o pagamento das indenizações prometidas e a restauração de suas condições de trabalho e de vida.

O ato público terminou com a entrega de dois documentos oficiais: o primeiro, uma solicitação de audiência com o governador do Estado, e o segundo, um abaixo assinado entregue ao Ministério Público, solicitando sua intervenção no problema. Em 29 de maio de 2002, lideranças do movimento e membros da assessoria foram recebidos pelo ex-governador do estado da Paraíba, Roberto Paulino.

As manifestações e a audiência com o então governador tiveram por consequência a participação do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba – INTERPA, junto à

análise e equacionamento dos problemas observados na barragem de Acauã, ficando o órgão com o encargo de fazer também, a comunicação entre os atingidos e o governo do Estado. Infelizmente, as diversas reuniões realizadas com Hugo Alves, diretor do INTERPA, não surtiram nenhum efeito prático. As problemáticas foram expostas, as peculiaridades dos povoados foram discutidas, estratégias de melhoramento da situação foram traçadas, mas nenhum dos planos foi realmente efetivado.

Tiveram uma sequência de frustrações mas isso não desanimou o movimento que, aos poucos, foi ganhando forma e força, culminando no surgimento do movimento dos atingidos da Barragem de Acauã em 2002. Nos anos que seguem, os atingidos por Acauã participam de dois encontros nacionais do MAB em Brasília e ainda em 2003 em João Pessoa-PB.

A manifestação na capital do estado provocou grande inquietação no governador em questão, Cássio Cunha Lima, que após uma audiência com parte dos representantes dos atingidos, anunciou publicamente, usando o carro de som do movimento, uma visita urgente à Nova Vila (OSVALDO, 2012)

Em 19 de março de 2003, o estado da Paraíba conhece pela primeira vez a situação das comunidades. A visita do governador à Nova Vila foi noticiada por todos os canais de televisão do estado e os principais jornais da Paraíba levam, às suas primeiras páginas, os sérios problemas vivenciados pelos atingidos por Acauã. Mais uma vez, os problemas foram expostos e soluções foram acordadas entre governo e líderes do movimento. Porém, os resultados são novamente infrutíferos e nos meses que se seguiram não houve qualquer iniciativa da administração do estado em concretizar as promessas feitas à população.

A busca pelos direitos de todos os atingidos permanece até hoje, já se passaram 15 anos desde a conclusão das obras da Barragem de Acauã, pouca coisa que se pretendia ou quase nada foi resolvido, existe um grande descaso e o que foi conquistado só veio depois de muita luta, suor, fé e perseverança dos coordenadores do movimento, que apesar de tudo não deixam as pessoas das comunidades perderem a esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que ficou de bom desse projeto da barragem foi apenas a possibilidade de chegar água nas cidades para qual foi planejado, mas para as comunidades que foram atingidas diretamente restaram as lembranças o sentimento de perda e a angústia de não terem seus direitos valorizados como deveriam ser.

Diante da realidade vivenciada pela comunidade de Pedro Velho com a construção da barragem Acauã fica confirmado, mas uma vez que, por mais que um empreendimento seja para beneficiar a todos, percebe-se que o progresso é implacável tirando sempre o direito dos mais pobres e beneficiando uma minoria que às vezes nem sabem a verdadeira consequência desse progresso.

Acerca da Barragem de Acauã depois que ela foi concluída, em 2002, percebesse claramente que não foi feita para o benefício daqueles que realmente desfrutavam das águas do Rio Paraíba. O desapontamento foi geral, o desrespeito com os direitos das famílias está exposto no descaso com os direitos das famílias, na falta de manutenção da obra e no gasto com a própria construção da barragem.

O descaso continua por meio de nossos governantes, mas a luta do povo por seus direitos também continua.

Referencias

CIDADES BRASIL. **Cidade Brasil /Estado de Paraíba / Município de Aroeiras.** Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-aroeiras.html>. Acesso em: 09.08.2019.

GEOPORTAL AESA. Disponível em: <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa>. Acesso em 30 de abril de 2019.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens Nacional. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br> > Acesso em 30 de abril de 2019.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **NAS MARGENS DO RIO PARAÍBA DO NORTE. Cadernos do Logepa**, vol.2, n.2, 2003.

SILVA, Osvaldo Bernardo da. Trabalho de Conclusão de Curso. **BARRAGEM DE ACAUÃ: REDENÇÃO OU MALDIÇÃO? ESTADO COMO PRINCIPAL VIOLADOR DOS DIREITOS HUMANOS.** Campina Grande UFCG 2012.

ARAÚJO SEGUNDO NETO, Francisco Vilar de. **DIFERENTES FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO SEMIÁRIDA DA BACIA DO RIO PARAÍBA.** João Pessoa, 2016.

NOGUEIRA, Danielle. **BRASIL TEM UM CONFLITO POR AGUA A CADA 2 DIAS.** Agencia O GLOBO. Revista eletrônica. Disponível em oglobo.globo.com. Acesso em 2019.

SOUZA, Francisca Neli de; AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. MUDANÇA ESPACIAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: a construção da barragem de Acauã em Aroeira-PB. **Revista Rios Eletrônica**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p.103-125, 07 dez. 2013

FERREIRA NETO, Michele; SILVA, Paulo César Mendes da; PEREIRA, Ronildo Alcântara. IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM: ESTUDO DE CASO ACAUÃ – PB. **Revistas Cire**, Campina Grande, v. 01, n. 1, p.1-10, ago. 2012.

MEDEIROS, Edileuza Custódio Rodrigues de. **REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO REASSENTAMENTOS DE ACAUÃ: A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Natal 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil da cidades Brasileiras**. Senso Demográfico 2010. Disponível em: Acesso em: 26 de jun. de 2013.

UFPb/LEGAT - **Laboratório de Estudos em Gestão de Águas e Território**. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/fotos.html>. Acesso em Agosto de 2019.